

SEGURANÇA PÚBLICA

O custo da violência no Brasil

Criminalidade atinge 11% do PIB, ou seja, mais de R\$ 1 trilhão por ano, e cada morte custa, em média, R\$ 1 milhão aos cofres

» RAFAELA GONÇALVES

A escalada da violência no Rio de Janeiro e em outras regiões do país vai além das preocupações sociais e políticas, impondo ao Brasil um custo econômico bilionário. O impacto econômico da criminalidade vai muito além dos gastos diretos com segurança pública ou dos investimentos privados em proteção. Ele também engloba a riqueza que deixa de ser gerada, a produção interrompida e a arrecadação perdida, comprometendo o desempenho da economia como um todo.

Segundo o Atlas da Violência 2025, elaborado anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os custos diretos e indiretos da violência somam cerca de 11% do Produto Interno Bruto (PIB) — o equivalente a mais de R\$ 1 trilhão por ano.

Em estimativas detalhadas do próprio Ipea, cada morte violenta custa, em média, R\$ 1 milhão aos cofres públicos. O cálculo leva em conta despesas com saúde, prevenção, segurança, processos judiciais e perda de produtividade.

O avanço da criminalidade afeta desde o orçamento público até a produtividade das empresas, reduz investimentos, inibe o turismo e corrói a confiança de consumidores e investidores. Considerando apenas os homicídios registrados, os gastos anuais superam R\$ 46 bilhões, um valor que expõe o peso econômico do que se perde em vidas humanas e oportunidades.

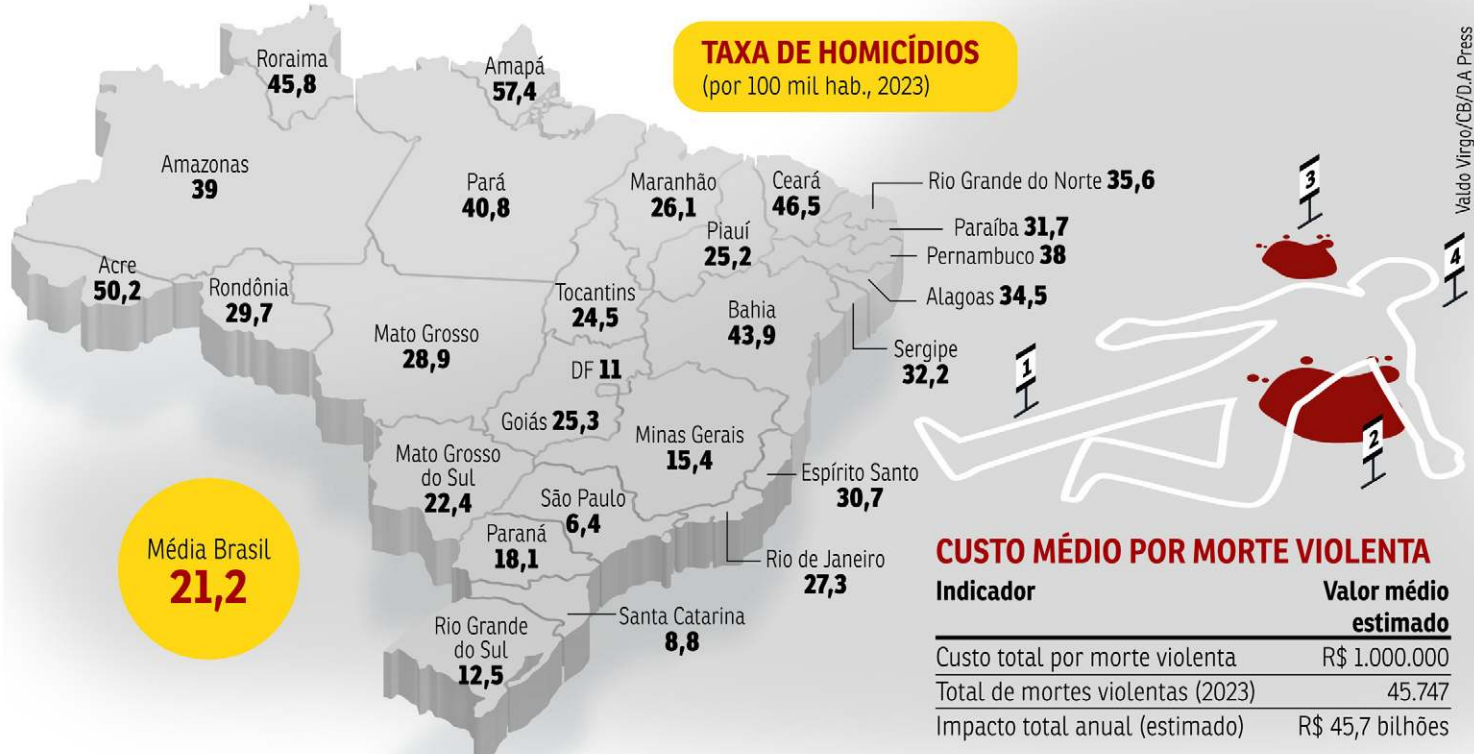
De acordo com o pesquisador Daniel Cerqueira, responsável pelo levantamento, são bilhões de reais perdidos em produção, arrecadação e bem-estar social. “Os custos da violência vão muito além das despesas diretas, como gastos com segurança ou perda de patrimônio. A maior parte é composta por custos intangíveis, ligados à perda de vidas e à produtividade”, explica em entrevista ao **Correio**. “A vida não tem preço, mas, do ponto de vista econômico, quando há muita violência, há risco de mortes prematuras, e isso gera um custo para toda a sociedade.”

O cálculo é feito a partir de dados de homicídios combinados com informações sobre renda da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad). “A partir desses dados, estimamos que, se os homicídios acabassem, seria como se o PIB do Brasil aumentasse 2,5% ao ano. É o tamanho do prejuízo que a violência impõe ao país”, afirma.

Além dos homicídios, Cerqueira destaca o impacto do proibicionismo das drogas, que sozinho representa cerca de 0,77% do PIB, o equivalente a R\$ 60 bilhões por ano. “Esse custo decorre de mortes e conflitos associados à disputa entre facções pelo mercado ilegal e

Economia do crime

O Atlas da Violência 2025 expõe custo humano e financeiro da criminalidade. Cada morte violenta consome cerca de R\$ 1 milhão dos cofres públicos



DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DOS CUSTOS POR CATEGORIA

Categoria de custo	% do total	Valor médio por morte (R\$)	Descrição
Perda de produtividade/renda futura	42%	420.000	Salário e impostos não gerados por pessoa economicamente ativa
Gastos com segurança pública e justiça	25%	250.000	Policimento, investigações, sistema prisional e judicial
Gastos com saúde e emergência	15%	150.000	Atendimento médico, necropsias, perícia, transporte
Custo previdenciário e assistencial	10%	100.000	Pensão por morte, auxílios, benefícios indiretos
Custo social e intangível (impacto psicológico, perda de bem-estar, trauma)	8%	80.000	Estimativa não monetária convertida em valor aproximado
Total	100%	R\$ 1.000.000	

CUSTO MÉDIO POR MORTE VIOLENTA

Indicador	Valor médio estimado
Custo total por morte violenta	R\$ 1.000.000
Total de mortes violentas (2023)	45.747
Impacto total anual (estimado)	R\$ 45,7 bilhões

IMPACTO MACROECONÔMICO DA VIOLÊNCIA

Indicador	Valor estimado (R\$ bilhões)	% do PIB (2023)
Custo total da violência (todas as categorias)	R\$ 1.000 bilhões (~ R\$ 1 trilhão)	~11% do PIB
Gastos públicos diretos com segurança	R\$ 180 bilhões	2%
Perdas econômicas e produtividade	R\$ 450 bilhões	5%
Custos privados (segurança, seguros, danos)	R\$ 220 bilhões	2,4%
Outros custos sociais e intangíveis	R\$ 150 bilhões	1,6%

Fontes: Atlas da violência 2025, Ipea, FBSP e Banco Mundial.

à guerra entre criminosos e forças policiais. No Rio de Janeiro, estimamos que esse impacto chegue a cerca de R\$ 8 bilhões anuais.”

O economista ressalta que os efeitos da violência vão muito além das perdas imediatas. “No curto prazo, há perda de produtividade porque o comércio fecha, as pessoas não conseguem trabalhar e o transporte é interrompido. No longo prazo, há impactos sobre a educação e o desenvolvimento individual”, afirma.

Ele cita o exemplo de crianças que vivem em comunidades marcadas por tiroteios constantes. “Essas crianças perdem dias de aula, os professores pedem transferência, e o vínculo entre escola e aluno se rompe. Isso compromete o aprendizado e, consequentemente, a produtividade futura. O futuro de muitos jovens é comprometido desde a primeira infância.”

RJ e Cone Sul

No estado do Rio de Janeiro, as perdas decorrentes do avanço da

criminalidade são estimadas entre R\$ 10,76 bilhões e R\$ 11,48 bilhões, segundo levantamento da Confederação Nacional do Comércio (CNC). O estudo, inédito, avalia o impacto da violência urbana sobre os negócios do setor terciário e foi apresentado ao ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, em março.

O levantamento da CNC considera os impactos da criminalidade sob a ótica do PIB e dos gastos com segurança pública. Para o economista-chefe da entidade, Felipe Tavares, medir as perdas econômicas causadas pela violência é essencial para dimensionar a urgência de políticas públicas voltadas à segurança. “A insegurança urbana não gera custos apenas para um setor específico, mas para toda a sociedade”, destaca.

“Estimativas de instituições internacionais e de especialistas, em linha com os achados da CNC, mostram que a criminalidade tem impactos diretos e indiretos sobre a economia, pois afeta a vida das pessoas, a dinâmica de funcionamento das empresas e gera uma

série de custos de transação, como seguros, monitoramento privado, além de influenciar até a atração de capital internacional”, explica o economista.

Um outro recorte sobre o tema, analisado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aponta que os países do Cone Sul poderiam ter uma perda agregada direta de 3,39% do PIB devido às altas taxas de criminalidade. No Brasil, a estimativa é de que a perda social anual agregada causada pela criminalidade chegaria a R\$ 372,9 bilhões. No estado do Rio de Janeiro, o impacto seria de R\$ 32 bilhões, enquanto considerando apenas os efeitos diretos dos crimes violentos, o prejuízo anual seria de R\$ 13 bilhões.

O estudo do BID analisou dados de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, considerando os efeitos da violência sobre capital humano e PIB, incluindo crimes violentos letais e não letais, impactos sobre a produtividade, bem como os custos com segurança pública e sistema prisional.

Rastro do dinheiro

Seguir o rastro do dinheiro do narcotráfico e atingir as redes financeiras e empresariais que sustentam as facções pode provocar um impacto muito mais duradouro do que confrontos diretos entre forças de segurança e criminosos, na avaliação de especialistas.

Para o pesquisador Daniel Cerqueira, do Atlas da Violência, a falta de integração entre os diferentes níveis de governo e as próprias forças de segurança é um dos maiores entraves. “Vivemos em um país compartimentado. Mesmo dentro de um estado, as polícias não compartilham informações. E o mesmo ocorre entre União, estados e municípios”, critica. “Cada um detém um pedaço da informação, mas não há coordenação. Isso é uma lástima, porque impede o avanço de políticas efetivas.”

Sem um tiro disparado, a Operação Carbono Oculto mostrou como a integração entre órgãos do Estado fortalece o combate ao crime organizado. Deflagrada em

agosto pela Polícia Federal, em parceria com a Receita Federal, o Ministério Público e secretarias estaduais, a ação desarticulou um esquema bilionário de adulteração e comércio ilegal de combustíveis em São Paulo.

Classificada como a maior operação da história do país em cooperação institucional e alcance, a ação revelou a sofisticação do esquema criminoso. O grupo fraudava importações de metanol e as direcionava para postos de combustíveis ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

A investigação mirou mais de 350 pessoas e empresas suspeitas de lavagem de dinheiro, incluindo fintechs infiltradas no mercado financeiro da Faria Lima, e resultou no bloqueio de R\$ 3,2 bilhões em bens e valores, além de apreensões expressivas de mercadorias. Já a megaoperação realizada no Rio de Janeiro na semana passada se tornou a mais letal da história, com 121 mortos. A ação resultou na apreensão de 120 armas de fogo, entre elas 93 fuzis, 26 pistolas e um revólver, além de drogas e na prisão de lideranças do Comando Vermelho (CV).

Para o auditor-fiscal Cláudio Ferrer, superintendente-adjunto da Receita, que integrou as investigações da Carbono Oculto, o Fisco deve ser incorporado formalmente ao sistema de segurança pública. “As polícias têm a competência de investigação, mas isso pode ser muito mais potencializado com as informações presentes na administração tributária”, destaca. “A gente fala que o crime é organizado, mas o Estado precisa ser mais organizado que o próprio crime.”

Inteligência

Para Cerqueira, o contraste com as operações violentas no Rio de Janeiro é evidente. “Ações com 2,5 mil homens, que custam milhões e deixam um rastro de mortes e destruição, não atingem o crime organizado. Esses grupos repõem rapidamente sua mão de obra e suas armas. Já operações de inteligência, que seguem o dinheiro e miram as lideranças, têm efeito real”, afirma.

Ele aponta que experiências bem-sucedidas já estão em curso em alguns estados e municípios. No entanto, o pesquisador considera que o Brasil só romperá o ciclo de violência com uma política de segurança integrada e guiada por evidências científicas. Cerqueira defende investimentos em policiamento qualificado, inspirado em modelos eficazes adotados em outros países desde a década de 1980.

“Precisamos de uma polícia que use inteligência e resolução de problemas, não brutalidade. É possível identificar e desarticular redes criminosas com operações cirúrgicas, sem recorrer a ações de guerra que apenas alimentam a violência”, defende.



ROBERTO BRANT

“A COMPETIÇÃO PELO PODER DOMINA QUASE QUE EXCLUSIVAMENTE AS FACÇÕES POLÍTICAS EM QUE ESTAMOS DIVIDIDOS. NINGUÉM, NEM O GOVERNO, NEM A OPOSIÇÃO, OFERECE À SOCIEDADE UMA IMAGEM CONSTRUTIVA DO FUTURO, UM HORIZONTE ESTRATÉGICO”

Em busca do centro perdido

O Brasil, com seu povo e suas instituições, é um país muito resistente. Mesmo através do por antagonismos políticos que parecem irreconciliáveis e convivendo com padrões de desigualdade social sem muitos paralelos no mundo, temos uma história de estabilidade social, que alguns podem chamar de passividade, mas que, pelo menos, nos tem preservado dos dramas das grandes rupturas. Poderíamos ser muito mais ricos do que somos e toda a nossa população poderia viver muito melhor e ter mais oportunidades. Alguém já disse que é muito difícil encontrar

os culpados, é melhor escolhê-los, mas no caso do Brasil a culpa, sem dúvida, é do Estado, da esfera pública, do sistema político.

No nosso mundo atual, a esfera pública, com seu poder de escolher quem e o que tributar, de decidir em que aplicar esses recursos, de impor regras e normas para a vida econômica, mas também social e cultural, por meio do Legislativo e das agências reguladoras e, finalmente, de interpretá-las, por meio do Judiciário, domina quase todos os aspectos da vida e determina o destino da sociedade. Por isso, a história da

frustração do nosso crescimento e da exclusão da maior parte da nossa população é a história do fracasso do Estado brasileiro, de todos os Poderes, e do nosso sistema político.

Neste exato momento estamos caminhando para uma espécie de ingovernabilidade, situação na qual cada ramo do governo exerce seus poderes desconectado dos demais, independentes, mas em desarmonia. Assim não há um rumo comum para o país e, pior, parecem querer extrair do Estado o máximo de benefício para si, no prazo mais curto de tempo. São verdadeiramente mundos paralelos, alheios ao interesse comum. Por mais que nos movemos não vamos a lugar nenhum.

A competição pelo poder domina quase que exclusivamente as facções políticas em que

estamos divididos. Ninguém, nem o governo, nem a oposição, oferece à sociedade uma imagem construtiva do futuro, um horizonte estratégico, um mapa de um destino de mais progresso e de mais justiça, nos quais possamos nos inspirar. Para a nossa política, os problemas reais não existem. O governo está empurrando o país para um desastre fiscal, aumentando sistematicamente os gastos, sem a contrapartida de recursos e aumentando a dívida pública de modo deliberado. A melhor medida para aferir o grau de endividamento é correlacioná-lo ao PIB. No início do mandato, a relação era de 71,7%. No fim do mandato, a relação chegará a 83%, quase 12 pontos em meros 4 anos. Projeções confiáveis estimam que, neste ritmo, a dívida chegará a 100% do PIB em 2030, no fim do

próximo mandato. Há quem pense que o governo precisa ser reeleito para enfrentar os problemas que criou ou terminar o desastre.

Mas a verdade é que continuidade das atuais políticas vai nos encaminhar para um colapso, para a paralisia do governo e a desorganização do sistema financeiro, que gira em torno dos títulos da dívida pública. Apesar disso, nossa política não tem sido capaz de oferecer um discurso alternativo, que seja capaz de colocar o país em outro caminho, em outro rumo. O bolsonarismo ocupou, sem concorrência, todo o espaço de oposição, com o único propósito de aprovar anistias e perdões, criando um vácuo político difícil de preencher.

A população brasileira, em sua maioria, não se alinha a nenhum dos extremos, mas não tem tido

em quem votar, conformando-se em escolher aquele que rejeita menos. Com a desintegração do mito bolsonarista, o país está maduro para a emergência de novo centro político, não apenas contra as ideias extremas, mas a favor de mudanças, não as inspiradas nas ideias mortas da esquerda ou no populismo raivosos das direitas, mas mudanças transformadoras nas estruturas do Estado.

Um centro que apresente uma imagem positiva do futuro, sem deixar de reconhecer as dificuldades de governar um país dividido, em um mundo em rápida transformação. Homens desse centro, como Juscelino, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer, já mostraram o que pode fazer um bom governo. Quando tudo parece perdido, a política costuma fazer milagres.